



Etnografias com crianças e jovens imigrantes na Ibero-América

Tais Cristina Samora de Figueiredo¹  

Frank Marcon²  

Nos últimos anos, a imigração de crianças e jovens na Ibero-América tem se intensificado, motivada por conflitos políticos, mudanças climáticas, pela busca por oportunidades de melhoria de vida, de estudos ou de trabalho, bem como pelas reconfigurações familiares transnacionais. Ao mesmo tempo, observa-se o fortalecimento de políticas migratórias de controle e de exclusão, que impactam diretamente a vida desses sujeitos e suas possibilidades de inserção nos países de destino.

Crianças e jovens enfrentam condições particulares nos processos migratórios, relacionadas ao rompimento de suas referências culturais e de seus vínculos sociais e afetivos de origem, o que envolve diferenças simbólicas, linguísticas, étnicas e de escolarização, e diferentes experiências de adaptação no destino, que nem sempre se constituem de forma segura e acolhedora. Tais dimensões incidem sobre a construção de si na migração e os colocam diante de contextos de insegurança social e de tratamento institucional desigual, por vezes expondo-os a situações de vulnerabilização.

Ademais, durante o processo migratório, muitas crianças e jovens também vivenciam experiências distintas dos adultos. Desde situações envolvendo violências específicas, adoecimentos e incertezas experimentadas no decorrer dos deslocamentos, estando acompanhados ou não de familiares adultos; até longos processos de insegurança provocados pelo afastamento de suas redes familiares, de afeto, de amizade e de proteção, que envolvem a saída dos seus lugares de origem, os percalços no deslocamento e a instalação efetiva nos lugares de destino, onde novas possibilidades de vida ainda serão construídas.

1. Doutora em Antropologia Social e Cultura, pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professora Leitora de Língua Portuguesa, do Instituto Guimarães Rosa, na Universidade Complutense de Madri.

2. Doutor em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Titular na Universidade Federal de Sergipe. Coordenador do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas. Bolsista CNPq Produtividade em Pesquisa B.

O dossiê que apresentamos é composto por artigos de autoras e autores provenientes de diferentes áreas do conhecimento e de diferentes países, como Argentina, Brasil, Chile, Espanha e México, compondo uma abordagem plural, de perspectiva interdisciplinar e internacional sobre os estudos migratórios, com especial contribuição de enfoques etnográficos que privilegiam as vozes, as práticas e os contextos sociais dos sujeitos migrantes. Aqui, são apresentados resultados de pesquisas sobre experiências de crianças e jovens em diferentes contextos da Ibero-América, envolvendo processos e presenças migratórias do Brasil e do Marrocos à Espanha; da Argentina, da Bolívia, do Haiti, do Paraguai e da Venezuela para o Brasil; da Bolívia, da Colômbia e da Venezuela para o Chile; e da América Central para os EUA, promovendo um debate crítico acerca da presença das infâncias e das juventudes nestes fluxos de migração na região.

Os artigos do dossiê dialogam com um conjunto de questões centrais, entre as quais se destacam: os deslocamentos forçados e a imigração voluntária de crianças e jovens, com ou sem a presença de familiares, e seus impactos sobre o bem-estar; as diferentes políticas e práticas de acolhimento nos países de destino, especialmente nos âmbitos social, cultural, educacional, identitário e linguístico; as situações adversas, por vezes marcadas por violência, relacionadas ao acesso a direitos humanos e civis nos percursos ou nos países de acolhimento, frequentemente atravessadas por marcadores como origem étnica, língua, religião e raça; e as formas e trajetórias de organização, atuação e resistência construídas na experiência migratória, envolvendo processos de afirmação pessoal, social, cultural e política, bem como a construção de identidades coletivas.

No artigo de Elisa Floristán Millán, “Cuerpos rotos y esperas burocráticas: un relato etnográfico desde la frontera en Melilla”, a autora apresenta um relato etnográfico situado na Cidade Autônoma de Melilla, enclave do Estado espanhol no continente africano, centrado na experiência do jovem Younes, de origem marroquina, que como muitos outros que buscam ingressar na Espanha por aquela rota, transita de um centro de menores local para uma condição considerada de irregularidade administrativa por atingir a maioridade. A autora analisa como a fronteira, neste caso entre Marrocos e Espanha, se torna um dispositivo de controle sobre as trajetórias de jovens migrantes, que vão sendo transformadas em categorias de classificação nas malhas da burocracia estatal, vendo-se diluídas as possibilidades de que jovens imigrantes sigam seus projetos de futuro. Ao tempo em que inviabilizam sonhos e possibilidades de vida digna, a burocratização e a institucionalização contribuem para o adoecimento desses sujeitos, a partir de uma violência estrutural que, segundo a autora, precisa ser denunciada também pela produção acadêmica, como forma de amplificação das vozes desses sujeitos que se tornam invisibilizados pela marginalização do tema ou por serem tratados como dados quantificáveis, servindo, à escrita pesquisa e acadêmica, como denúncia da violência estrutural a que estão submetidos.

Iskra Pavez-Soto, em seu artigo, “Agencia situada en contextos de vulneración transnacional: adolescentes migrantes no acompañados en Chile”, analisa as experiências e trajetórias migratórias de adolescentes não acompanhados provenientes de países como Venezuela, Colômbia e Bolívia. Para a autora, essas trajetórias migratórias estão sujeitas a contextos de graves violações de direitos, incluindo maus-tratos, violência, pobreza e exclusão. Ainda assim, ela analisa as práticas desenvolvidas por eles durante o processo de deslocamento até a chegada ao destino, demonstrando como emergem daí formas de agência situada em um regime fronteiriço de marginalidade e de resistências. São estratégias que articulam formas de sobrevivência e de vínculos familiares e afetivos durante o percurso, além de se caracterizarem pelo enfrentamento aos modelos unidirecionais de integração ao país de chegada e suas expectativas burocráticas. Neste sentido, reforça a autora, a migração não se encerra nas trajetórias do deslocamento, sendo o acolhimento, como política de Estado e de responsabilidade da sociedade, um novo desafio a ser enfrentado por crianças, adolescentes e jovens desacompanhados dos pais em sua busca por manter ou construir vínculos afetivos duradouros a partir da chegada. Assim sendo, a autora critica a burocracia atual e defende a necessidade de se fortalecerem políticas públicas de gestão migratória no Chile, que considerem fundamentalmente as diferentes realidades experimentadas pelos percursos de vida das pessoas e suas trajetórias de migração, em conformidade com as noções de proteção e direitos estabelecidos pelos organismos internacionais.

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos, no seu artigo, “Niñas andinas en la frontera Brasil-Bolivia: identidad, género y costumbres preservadas”, analisa como a fronteira entre Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia) constitui um espaço marcado por intensas mobilidades sociais, culturais e educacionais. A autora descreve como crianças bolivianas que atravessam diariamente a linha internacional para frequentar escolas brasileiras, em Corumbá, configuram suas experiências de identificação entre diferentes pertencimentos culturais. A autora destaca que parte destas crianças, conhecidas como meninas cholitas, utilizam elementos da vestimenta tradicional andina durante a estadia nas escolas brasileiras. A partir de tal evidência, a autora analisa como esta concepção de identidade e cultura andina é preservada e ressignificada em um contexto migratório sazonal de crianças bolivianas no Brasil. A autora argumenta que a presença das meninas cholitas nas escolas brasileiras faz emergir um tensionamento sociocultural que provoca a vida escolar ao debate sobre o convívio com a diversidade étnica, em um contexto cultural hegemônico nacional. A força do processo de transmissão cultural intergeracional de afirmação identitária e de concepção de mundo andino, entre as cholitas, colocam desafios sobre necessidades e possibilidades de construção de práticas educativas escolares interculturais em territórios de fronteira, mesmo, e principalmente, quando tais expressões são consideradas distantes e periféricas por parte dos formalismos da educação cultural hegemônica.

No artigo “Cartografías escolares e infancias internacionales: reflexiones a partir de la triple frontera”, Daniel Alejandro Guerrero Cubides e Regina Coeli Machado e Silva, apresentam uma análise dos fluxos migratórios de crianças internacionais matriculadas em escolas públicas na cidade de Foz do Iguaçu, no Brasil. São crianças que habitam ou transitam pela região da tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), na qual a mobilidade, por questões pragmáticas, é intensa, e através da qual diferentes questões sociais e expressões simbólicas impactam a vida das crianças. Neste caso, o tema da mobilidade sazonal em contextos de fronteira e o tema do impacto sobre a constituição identitária dos sujeitos são analisados também à luz das experiências escolares e das possibilidades pedagógicas de intervenção. Através de tais realidades, os saberes e os afetos construídos nas relações cotidianas comunitárias contribuem como reconhecimento de um contexto de experiências constituidores de uma perspectiva positiva de “identidade intercultural”, o que é possível através de uma relação pedagógica e social capaz de pensar e praticar políticas culturais e educacionais que considerem as subjetividades das crianças migrantes, suas diversidades linguísticas, históricas e simbólicas plurais, considerando metodologias que incluam suas referências culturais afetivas, como no exemplo proposto pelos autores do artigo, através de linguagens cartográficas que expressam as trajetórias de migração e seus encontros nos lugares de fronteira.

O artigo de Beatriz Ballestín González, “Questioning privileged mixedness: identity, belonging, and racialisation among young people of Latin American and Spanish heritage in Catalonia, Spain”, analisa criticamente as experiências identitárias e as dinâmicas de inclusão, exclusão e racialização vividas por jovens de origem mista com ascendência latino-americana na Catalunha. Para a autora, este fenômeno funciona como um “privilegio ambivalente”, no qual, por vezes, estes jovens passam despercebidos socialmente, quando fenotipicamente se aproximam de uma branquitude hegemônica, e outras vezes o reconhecimento pode ser instável quando surgem marcadores visíveis como significantes da latino-americanidade, ativados em processos de alteridade ou de estigmatização. Em sua pesquisa, a autora encontrou formas de racialização manifestas por microagressões, estereótipos e estigmas associados aos países latino-americanos de origem ou a alguma ideia pejorativa sobre eles. Ressalta-se que para além do fenótipo, o idioma e o sotaque no contexto catalão são fortes marcadores de hierarquias linguísticas que reforçam fronteiras simbólicas com relação ao pertencimento local. Por outro lado, a autora também revela como os jovens desenvolvem diferentes estratégias de resistência e afirmações identitárias relacionais, que passam pela neutralização do sotaque, pelo ocultamento parcial da origem, pela reivindicação racial da branquitude ou pela construção idealizada de identidades cosmopolitas. O principal achado da autora é que, a partir de suas trajetórias, estes jovens buscam formas de integração marcadas

por ambivalências, sem seguir um modelo linear de adesão ou contestação, o que pode ser característico das condições de desigualdades interseccionais e de formas situadas de pertencimento em que se encontram, que são construídos também a partir das suas próprias formas de compreensão sobre quem são e o que representam nas dinâmicas e sentidos contemporâneos de racialização na Espanha.

No artigo de Taís Cristina Samora de Figueiredo, “Língua, identidade e os “brasileirinhos”: uma etnografia do português como língua de herança na Catalunha”, a autora analisa as experiências linguísticas, culturais e de sociabilidade entre crianças brasileiras no contexto migratório da Catalunha, a partir das práticas de ensino do denominado Português como Língua de Herança (PLH), desenvolvidas pela Associação de Pais de Brasileirinhos da Catalunha (APBC), em Barcelona. A autora traz uma série de dados sobre imigração brasileira para diferentes países e sobre o contexto das políticas linguísticas do português brasileiro no contexto migratório. A partir de seu trabalho de campo etnográfico junto às atividades destas associações na Catalunha, a autora observa como, através da causa do ensino da língua portuguesa do Brasil aos seus filhos, os pais imigrantes se mobilizam, criando um contexto de convivência e transmissão cultural entre eles e entre seus filhos que crescem em contextos multilíngues. O idioma de origem, nestes casos, funciona como mediador de vínculos afetivos, memórias familiares e referências simbólicas ao Brasil. Ao analisar as atividades realizadas com as crianças na APBC, a autora observa como se mobilizam elementos culturais como músicas, jogos, literatura infantil, festividades e gastronomia, articulando-se as memórias pessoais dos pais como representações coletivas de formas idealizadas de brasilidade. Para além das iniciativas da Catalunha, tratadas no artigo, a autora ressalta que este é um fenômeno presente em diferentes países, dentro ou fora da Europa, e que as mulheres e mães são as principais protagonistas de tais iniciativas, bem como da constituição das redes transnacionais que se formam em torno do modelo associativo que transforma o Português como Língua de Herança em um elo de conexão política e afetiva entre suas experiências migratórias.

No artigo de Gilgleide de Andrade Silva, Mariana Mariana Killner e Rosa Maria Verdugo Mates, “O que significa ser brasileiro? Infância, migração e herança cultural nas narrativas de duas crianças”, as autoras adentram as narrativas de dois irmãos, de 12 e 13 anos, filhos de mãe brasileira e pai espanhol, nascidas e residentes na Espanha, que nunca estiveram no Brasil. A intenção é analisar e compreender como as suas experiências organizam noções de pertencimentos identitários. Como metodologia, através de entrevistas em profundidade e respeitando os saberes constituidores da fase etária e do contexto social em que seus interlocutores vivem, as autoras propuseram frases geradoras, projetadas para as crianças, priorizando a escuta, o ritmo da narrativa e suas

trajetórias de vida. As referências familiares, escolares e linguísticas se sobressaem das entrevistas, reverberando o universo das experiências socioafetivas. Para as crianças interlocutoras da pesquisa, “ser brasileiro” aparece como uma condição que não se refere necessariamente a um vínculo institucional jurídico ou a uma experiência territorial direta, mas que está conectado aos vínculos que elas cultivam, que são valorizados, narrados e simbolicamente atualizados no cotidiano, englobando aspectos sensoriais, relacionais e historicamente construídos pela música que ouvem, pela culinária que consomem, pelo idioma através do qual se comunicam e pelas referências culturais e tradições familiares que vivenciam. Neste sentido, a proposta das autoras para este artigo também valoriza que ao narrarem suas histórias, as crianças interlocutoras constroem um registro consciente de estar no mundo em processos implicados pela imigração.

O artigo de Silvia Pacheco e Thiago Lima, com o título “Infância, migração e escola: experiências de crianças haitianas em Manaus”, analisa como crianças filhas de imigrantes haitianos constroem relações sociais e sentidos de pertencimento no contexto escolar em Manaus, Amazonas. Em meio a um duro processo de deslocamento, envolvendo longas viagens, atravessadores e um contexto de insegurança, a chegada ao destino não é o fim dos desafios para crianças haitianas. O objetivo do artigo é compreender de que maneira elas vivenciam suas experiências entre diferentes universos sociais, especialmente entre a família e a escola, considerando as diferenças de idioma, alimentação e costumes, além das diferenças fenotípicas como marcadores sociais. O artigo apresenta uma abordagem etnográfica e de observação participante junto a uma comunidade escolar da cidade de Manaus, em 2019. A análise destaca que o ambiente escolar, embora nem sempre preparado para lidar com o acolhimento de crianças imigrantes, atua de forma ambivalente, constituindo-se, simultaneamente, como espaço seguro e acolhedor, mas também de reprodução de tensões sociais provocadas por diferenças e desigualdades relacionadas às trajetórias de vida de quem chega. Em sua argumentação final, o artigo reforça que mesmo diante das condições de tensão, as escolas precisam adotar práticas participativas que envolvam as crianças e as famílias imigrantes em relações comunitárias, atuando como mediadoras da construção de novos vínculos e pertencimentos, ainda que esses processos não garantam a eliminação das contradições.

Em “Etnografia crítica de ação participativa com crianças e jovens migrantes transnacionais: fronteiras éticas e estéticas em uma pesquisa interdisciplinar e intercultural”, os autores Gabriel de Souza, Laura Marcela Ribero Rueda e Dinora Tereza Zucchetti buscam compreender como crianças e jovens imigrantes venezuelanos vivenciam suas experiências em uma escola de Educação Básica no município de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. Os autores dizem partir metodologicamente da concepção do que denominam Etnografia Crítica de Participação Ativa, como uma modalidade de pes-

quisa ação no ambiente escolar. Levantam dados sobre a população escolar venezuelana nas escolas de Novo Hamburgo e passam a atuar em atividades extensionistas no programa para escolas de tempo integral da secretaria municipal de educação, denominado MOVE Sem Fronteiras. Destacam como o programa atua como política educacional de acolhimento de adolescentes e jovens, constatando que as atividades relacionadas a ele permitem o espaço e o tempo adequados para socialização dos imigrantes, para além das disciplinas básicas formais e obrigatórias do ensino. É durante as atividades do programa, com maior abertura para o lúdico e para os estímulos de outras potencialidades, que se torna possível a utilização do espanhol e a validação dos repertórios culturais de origem dos imigrantes como elementos centrais na reconfiguração de suas experiências junto à comunidade escolar. Ainda assim, e a partir das experiências de pesquisa ação dos autores na escola, eles consideram que, se por um lado, a perspectiva da Educação Integral com o MOVE Sem Fronteiras é relevante, por outro lado, observa-se a urgência de se produzir o aprofundamento da acolhida, tomando como princípios a escuta e o diálogo com os saberes e os modos de vida dos estudantes migrantes, promovendo políticas consoantes a educação da comunidade escolar para diversidade cultural e a construção de formas ativas de inclusão social que ultrapassem o espaço da escola.

No artigo “A tia às vezes fala umas coisas que eu não sei...” desafios da escolarização de crianças migrantes e refugiadas no Brasil”, Luciana Hartmann problematiza as experiências de escolarização vividas e narradas por crianças migrantes e refugiadas venezuelanas recém-chegadas ao Brasil. A pesquisa parte de um projeto maior de investigações da autora sobre o tema, vinculado ao projeto em rede “Infâncias protagonistas: uma proposta colaborativa de criação de políticas públicas para a integração de crianças migrantes e refugiadas em escolas brasileiras”, iniciado em 2022. O enfoque do artigo se dá sobre um grupo de interlocutores formado por crianças refugiadas venezuelanas moradoras de um Centro de Acolhimento localizado em Brasília – DF. A autora propõe o que denomina de etnografia performativa, a partir do cruzamento entre a etnografia e os estudos da performance, para enfatizar as vozes e as diferentes linguagens comunicativas das crianças como protagonistas de suas próprias experiências nos contextos de migração. Para tanto, enfatiza em sua análise a necessidade da ampliação do debate sobre o papel da escola no acolhimento de tais crianças, o que implica política pública estrutural e forte envolvimento das comunidades escolares onde ocorra a presença de imigrantes, embora destacando a ênfase no entendimento sobre metodologias pedagógicas que considerem o papel das próprias crianças nos processos de aprendizado, considerando-as também como atores sobre a construção destas políticas públicas de escolarização, com ações que respeitem as suas trajetórias sociais, suas experiências de vida e suas expectativas.

Além dos artigos acima, compõe este dossiê, a tradução do espanhol para o português, por Andreia Sanchez Moroni, de dois capítulos do livro do *Yo tuve un sueño: El viaje de los niños centroamericanos a Estados Unidos*, intitulados “Como chegaríamos lá” e “A cabuya”, do escritor mexicano Juan Pablo Villalobos. Esta contribuição literária, também construída a partir de entrevistas e de experiências etnográficas do autor com crianças e adolescentes imigrantes centro-americanos para os EUA, são formas de alcance possíveis às realidades e às narrativas sobre as experiências de deslocamento e suas subjetividades. As histórias recontadas pelo autor, a partir dos depoimentos pessoais daqueles que lograram alcançar o destino, são registros de experiências dramáticas que compõe formas de revisitar a trajetória do deslocamento de pessoas migrantes por elas mesmas, sobre as quais elas reconhecem os riscos e os percalços, e mesmo assim reforçam seus entendimentos sobre as escolhas que fizeram para sobreviver ou buscar uma vida melhor. São narrativas que expressam o significado de tais experiências na forma com a qual aquelas crianças e adolescentes do passado se pensam hoje como sujeitos chegados ou não ao destino, ainda que marcadas pelo rótulo imputado de “imigrantes latinos ilegais”.

Os textos acima, além de suas contribuições em particular, formam um importante conjunto de reflexões sobre o tema da migração de crianças, adolescentes e jovens na Ibero-América, pela diversidade de experiências tratadas neste contexto macrorregional, mesmo que longe de serem esgotadas. Além disto, caracterizam-se por trazer à luz algumas questões relevantes sobre fenômenos migratórios mais recentes. Primeiro, o significativo movimento de crianças, adolescentes e jovens venezuelanos e haitianos, com ou sem suas famílias, para países da América do Sul, por demonstrarem, por um lado, o despreparo das políticas de acolhimento nos países de passagem ou de destino e, por outro, por demonstrarem o potencial das agências imigrantes atuando para reverter as situações hostis em que se encontram, bem como o papel das escolas que tem atuado ou podem atuar como espaços fundamentais nos processos de mediação pedagógica, política e cultural do acolhimento. Segundo, como a mobilidade em regiões de “fronteira aberta” na América do Sul constituem zonas complexas, que nem sempre apresentam políticas culturais e soluções acolhedoras das diversidades que as representam, aprofundando desigualdades, embora também apresentem exemplos de soluções que passam por políticas educacionais e práticas escolares; enquanto as políticas de “fronteira cerrada” entre México e EUA ou Marrocos e Espanha se tornam limbos eternos de invisibilidades, insegurança, anulação ou estigmatização de existências, nas quais crianças e adolescentes vivem futuros incertos. Terceiro, cabe destacar a relevância das agências das crianças e adolescentes imigrantes e de seus familiares, de forma individual ou coletiva, nos processos de construção de redes de solidariedade, de socia-

lização e de busca por integração, utilizando-se de novos repertórios estratégicos, sem abandonar repertórios culturais de origem. Neste sentido, os artigos também demonstram a relevância das experiências pessoais, mas também das experiências associativas, de educação não-formal, e das escolas com políticas e programas escolares focados no acolhimento com respeito à diversidade cultural. Por último, a comparação, o contraste e o diálogo entre os diferentes casos aqui tratados podem ainda sugerir outras conclusões a serem observadas pelos leitores. Também contribuem para uma aproximação importante entre os estudiosos da área, servindo como diálogo e inspiração para que sejam revisitadas sob à luz de outras questões não observadas pelos próprios autores e autoras do dossiê.

Além do mais, as diferentes metodologias de pesquisa envolvendo crianças, adolescentes e jovens aqui utilizadas, igualmente merecem uma observação importante, por se caracterizarem como diferentes estratégias para alcançar as subjetividades das experiências de seus interlocutores por meios participativos. Os diferentes artigos consideram distintas linguagens, princípios éticos de sensibilidade e respeito às emoções e às suas condições de vulnerabilização na migração, bem como, marcam o lugar destes estudos como modo de visibilidade e denúncia sobre violências, ao reivindicarem posicionamentos políticos sobre os direitos internacionais fundamentais das crianças, dos adolescentes e dos jovens, principalmente no que diz respeito ao direito de vivenciarem processos seguros de imigração, seja voluntária ou não, e ao acolhimento digno, inclusivo e respeitador de suas trajetórias de vida e experiências culturais e afetivas.